



Clínica política: A Análise Bioenergética e os atravessamentos de raça e classe no Brasil

Lidiane Aparecida de Araujo e Silva¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo propor uma reflexão inicial acerca dos caminhos trilhados no Brasil pela Análise Bioenergética² e sua implicação crítica e política relacionada a assuntos que atravessam a população brasileira, como aspectos de classe, gênero e raça, desde o surgimento da abordagem, suas raízes reichianas, até a chegada e a disseminação no Brasil. É um texto que intenciona reivindicar a clínica política no contexto social brasileiro e propõe-se a realizar, a partir de um breve resgate histórico e bibliográfico, reflexões sobre o surgimento e o caminhar da Análise Bioenergética no Brasil, analisando a implicação dessa abordagem nas questões sociais e raciais que constituem este país e ausências de diversidades. O artigo traz a colonialidade como pilar central para a discussão das corporeidades nas Américas, principalmente no Brasil. Além disso, aborda a relevância da temática racial e social nos atravessamentos de corpos de pessoas brasileiras, sejam elas brancas, negras, indígenas ou de diversas outras etnias que constituem o país, tornando-se urgente para as psicoterapias corporais no geral, e para Análise Bioenergética em particular, enxergar que os corpos não são iguais, pois suas marcas históricas, sociais, políticas, de raça, de gênero, orientação, entre outros, são diferentes.

Palavras-chave: Análise bioenergética; raça; classe.

Clinical politics: Bioenergetic Analysis and the intersections of race and class in Brazil

Abstract: This article aims to propose an initial reflection on the paths taken in Brazil by Bioenergetic Analysis and its critical and political implications related to issues that affect the Brazilian population such as aspects of class, gender and race, since the emergence of the approach, its Reichian roots, its arrival in Brazil and its dissemination. It is a text that intends to vindicate the political clinic in the Brazilian social context. They propose to carry out, based on a brief historical and bibliographical review, reflections on the emergence and progress of Bioenergetic Analysis in Brazil, and analyze the implication of this approach on the social and racial issues that constitute this country and the absence of diversities. The article brings coloniality as a central pillar for the discussion of corporeality in the Americas and especially in Brazil. Besides, it addresses the relevance of racial and social issues in the

¹ Mestranda pelo programa de pós-graduação em Psicologia, na Universidade Federal Fluminense. Psicoterapeuta corporal em formação reichiana e analista bioenergética - CBT pelo IIBA. Contato: lidiaurus@yahoo.com.br.

² Este texto foi produzido como parte de um estudo de caso para a titulação da certificação internacional como Analista Bioenergética (CBT) pela Sociedade Brasileira de Análise Bioenergética- SOBAB, sendo adaptado e ampliado para maior contextualização das problematizações realizadas.

crossing of people's bodies Brazilians, whether white, black, indigenous or from various other ethnicities that make up the country and it is urgent for body psychotherapies in general and for Bioenergetic Analysis in particular to see that bodies are not equal, as their historical, social, policies, race, gender, orientation, among others, are different.

Keywords: Bioenergetic analysis; race; class.

Introdução

É importante dizer que esse percurso começou a ser trilhado antes da minha inserção no curso de Formação em Análise Bioenergética, pois, como se diz no movimento de mulheres negras: “Nossos passos vêm de longe”. Porém, ao longo dos quatro anos de formação em Análise Bioenergética, ocorreu a abertura do meu corpo e a ampliação dos meus sentidos, com todos eles envolvidos, como olhar, toque, audição, olfato e paladar, moldando o meu corpo de terapeuta, flexibilizando e expandindo a minha autopercepção e as percepções de fora de mim.

Scarpato (2001), ancorado na teoria reichiana, descreve que uma maneira de compreender o cliente é saber se colocar em seu lugar, saindo da nossa posição de outro, ampliando para compartilhar o olhar, sentir, pensar, desejar e temer como ele. Muitas vezes, não é necessário que se diga algo, pois já foi sentido, numa identificação de formas somáticas e experiências, permitindo que compartilhem a sua dor e compreendamos o seu mundo a partir da dinâmica vincular, repetindo voluntariamente posturas e formas somáticas num modo ativo e rico de colocar-se em seu lugar e compreender o seu mundo.

Formei-me em Psicologia no ano de 2006, em uma instituição particular, elitizada e de renome da cidade de São Paulo, cuja grade curricular da Psicologia Clínica era predominantemente psicanalítica. Esse fato direcionou leituras, bem como o corpo e a mente/cabeça da estudante, que chegava a doer tentando capturar, reter e devolver percepções da psicodinâmica dos atendidos. Com substancial embasamento teórico, minha formação me possibilitou acessar conteúdos antes totalmente desconhecidos.

Lembro-me de que no primeiro ano, não sabia nem quem era Freud. Identificada fiquei com os dizeres de Itamar Assunção, no prefácio do livro de Milton Santos (2022), “Por uma outra Globalização”, quando confessa que para um jovem de 18 anos que teve uma educação mediana, não foi fácil compreender o oceano de ideias. E para mim, as referências e as projeções dos textos e do mundo que se abriam me faziam lembrar da estudante insegura, mas resiliente que fui, pois era nutrida pelo desejo das descobertas e sede de conhecimento.

Do lugar que eu vinha, a formação universitária era um desejo e até uma certeza, visto que se tratava da busca por uma vida melhor; mas a forma que ela se daria, era incerta e muito nova para minha família. De família pobre, fui criada para a independência e para saber fazer de tudo em

situações de necessidade, além de ajudar nos afazeres domésticos, aliviando para a minha mãe. Muito nova aprendi a limpar, lavar, cozinhar e passar roupa, iniciando a vida profissional com registro em carteira aos 14 anos, com o desejo de ajudar os meus pais, mas também de ir em busca dos meus sonhos.

Meus saberes eram afro-brasileiros, a partir das congadas, de uma espiritualidade católica mineira, bisavó benzedeira, com fortes influências espíritas na família nuclear. A espiritualidade sempre esteve presente em minha vida, assim como a consciência racial que, mesmo não tendo referências acadêmicas, meus pais – e mais especificamente a minha mãe – nos transmitiram. Dessa forma, foi-nos passado o letramento racial, ensinando-nos criticamente a ler a sociedade e as exigências sobrepostas a nós, devido a cor de nossas peles.

O espaço universitário, entretanto, se por um lado me ofertou conhecimentos filosóficos, epistemológicos e técnicos da psicologia, por outro invisibilizava corpos e saberes que para mim eram conhecidos e fundamentais de serem validados, pois marcavam a psique de uma parte da população brasileira, da população negra e a minha própria, visto que eu sou uma mulher negra. Foi apenas no último ano da graduação que em algum espaço de supervisão foi discutido um caso de uma pessoa negra, e sua identidade racial apareceu no lugar da patologização e do estigma, culpabilizando o próprio sujeito pelo sintoma produzido, sustentando a compreensão do caso em um embasamento eugenista³ e colonialista, fundamentação pela qual a psicologia se pautou por muito tempo.

Desde meados da década de 1850, especialmente após a publicação, em 1859, do livro “A origem das espécies”, de Charles Darwin, o pensamento evolucionista tem fornecido um quadro teórico abrangente para os diversos campos da psicologia. Essa orientação evolucionista afetou profundamente os discursos científicos sobre o que seriam as raças. A “biologização” da diversidade humana consolidou-se não apenas pela aparência física, mas também pelo temperamento e pela cultura que eram compreendidos, como um estágio evolucionário de um povo (FEDERICO, 2021).

Muito incomodada e decepcionada, meus movimentos seguintes foram no sentido de buscar outras referências, espaços e pessoas que pudessem me apresentar diferentes leituras com protagonismos negros, indígenas e latinos. Hoje sei que são outras cosmogonias, epistemologias, em busca de sulear⁴ a minha formação; resistindo ao epistemicídio⁵ comum e intencional no espaço acadêmico e educacional.

³ Eugenia: termo inventado pelo fisiologista inglês Francis Galton para designar o estudo dos fatores socialmente controláveis que podem elevar ou rebaixar as qualidades raciais das gerações futuras, tanto física quanto mentalmente. Após Galton, um elevado número de intelectuais europeus e norte-americanos procurou explorar sistematicamente os efeitos físicos e culturais produzidos pela miscigenação das raças. Humanas. Esse movimento alcançou uma profunda repercussão sobre a intelectualidade brasileira (Stepan, 2005).

⁴ Sulear: termo que usa como referência o Sul Global, e não o Norte, como bússola para identificar caminhos e narrativas conceituais de saberes.

Maria Cristina Francisco (2020) afirma que essa negação tem como consequências a invisibilidade branca e a invisibilidade negra. Ambas diferentes no contexto e no contato social, visto que, para um, localiza o privilégio, e para o outro, a exclusão. Toda essa movimentação relacional, direcionada pela invisibilidade, fará morada no corpo, reproduzindo angústia e dor, certamente muito mais para quem está depreciado no ambiente e na sociedade.

Comecei uma mobilização por solicitar estudos e raciocínios psicológicos na academia e fora dela, produzindo então o trabalho de conclusão de curso da graduação sobre “Famílias Negras e a Formação da Identidade Feminina”, em parceria com uma colega da graduação. Nesse momento, eu conheci o Movimento Negro e senti-me alimentada de referenciais teóricos, acadêmicos, ativistas e afetivos.

Profissionalmente me enveredei pelas políticas públicas nas áreas da Assistência Social e Saúde Pública, nas quais a população não branca, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) constitui mais de 70% da população atendida. Também pelo espaço clínico particular, em que, por muito tempo, a maior parte dos pacientes se identificava como negra e trazia a demanda racial para o espaço de cuidado. Questões como identidade racial, lacuna nas histórias de vida devido à herança da escravização para famílias e indivíduos negros, afetividades, enrijecimentos e dificuldades com a vivência do prazer apareciam no espaço clínico, tanto no âmbito institucional quanto no consultório particular, lugar em que comecei a atuar depois de três anos de formada.

Havia, portanto, uma ânsia por uma clínica ética, estética e política – ético porque se refere à exigência com que se escutam as diferenças refletidas em cada um de nós e afirma-se o dever, pautando tais diferenças; estético porque não se prende ao rigor de um campo do conhecimento, incentivando a criação; político, pois é uma luta contra estruturas que impedem o nascer do dever (ROLNICK, 1993). Tudo isso, somado à instrumentalização técnica, levou-me a ingressar nos cursos de Introdução e posteriormente na Formação em Análise Bioenergética na Sociedade Brasileira de Análise Bioenergética de São Paulo (SOBAB). O conhecimento e a aproximação dessa instituição formadora e oriunda da psicoterapia corporal na Análise Bioenergética deveu-se à minha referência psicoterapêutica, visto que minha primeira terapeuta é analista bioenergética, além de ser a primeira psicóloga e psicoterapeuta negra que conheci na vida.

Minha busca continuava de maneira mais ativa e questionadora. Somando-me às colegas negras do curso, que amplificavam minha voz, importantes incômodos foram gerados,

⁵ Epistemicídio: conceito extraído do aparato teórico de Boaventura de Sousa Santos, que para Sueli Carneiro (2023) se constitui como um dos instrumentos mais eficazes de dominação étnico-racial pela negação da legitimidade do conhecimento produzido pelos grupos dominados, que passam a ser ignorados como sujeitos de conhecimento. Para além da anulação e da desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, o epistemicídio implica um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e pelo rebaixamento da sua capacidade cognitiva; pela carência material e pelo comprometimento de sua autoestima etc. (CARNEIRO, 2023).

desestabilizando posturas que insistiam em negar e que se apoiavam no desconhecimento para sustentar e pouco se comprometer com a possibilidade de ampliação de perspectivas. Desse modo, argumentações como a de que o “inconsciente não tem cor” e “os corpos são todos iguais”, sejam eles brancos, negros, indígenas ou asiáticos, eram questionadas.

Isildinha Nogueira (2017), no artigo “Cor e Inconsciente”, compartilhou as dificuldades que enfrentou ao descrever as resistências dos espaços acadêmicos e “psis”. Inicialmente, o título da sua tese de doutorado era “Significações do corpo negro”. Apenas em 2021, após tardio, porém efervescente e amplo debate das questões raciais no país, principalmente nos espaços de psicologia de maneira geral e na psicanálise de maneira particular, ela conseguiu lançar e nomear o livro baseado em sua tese como “A Cor do Inconsciente”.

No intuito de explicar essa questão, Isildinha Nogueira (2021) justifica que não se tratava da “cor” da instância psíquica, mas sim de tensionar a forma com que o significante “cor negra” está inserido num arranjo semântico, político, econômico e, complemento eu, histórico, da realidade brasileira. Constituindo um *apartheid* psíquico, uma roupagem do racismo se instaurou. Esta tem funcionado e se mantido de maneira eficiente na psique do negro e hoje vemos que do branco também, uma vez que se separa ou se aparta segundo a cor ou a raça. Os negros vivem uma segregação silenciosa, o que durante muito tempo foi percebido como um sentimento persecutório, haja vista que a existência do preconceito era negada.

Esse movimento de negação fez com que a diversidade de corpos continuasse a ser ignorada e invisibilizada. Por isso, compreendo e analiso que aspectos constitucionais da saúde psíquica dessa população, referentes a temas relevantes, como a relação mãe-bebê a partir da amamentação de mulheres negras – que no período da escravidão não podiam amamentar seus próprios filhos – permaneceram negligenciados. Acredito também que o sequestro desses indivíduos levou à (des)territorialidade de seus corpos. Os rearranjos e a reorganização social e psíquica evidenciada na ocupação dos territórios físicos e afetivos, bem como as lacunas nas histórias de vida devido ao processo de escravidão, que durou séculos e priorizou os apagamentos das identidades e referências ancestrais, dificultaram a possibilidade de enraizamento dessa população.

Nesse percurso, pude notar que traumas e memórias da escravidão e os efeitos na constituição dos corpos, ver e ser visto (visibilidade e invisibilidade), eram temas que não eram discutidos de forma aprofundada na historiografia brasileira. Em vez disso, era frequentemente embasada por teorias coloniais brancas, estadunidenses e europeias, ou por uma compreensão simplificadora que estabelecia a racionalidade como branca e a emocionalidade como negra. Essas visões também categorizavam o primitivismo como oriental e a evolução cultural como ocidental, ou ainda classificavam os países entre desenvolvidos e em desenvolvimento de maneira simplista.

Nesse sentido, Nego Bispo (2023), um intelectual quilombola orgânico⁶, faz importante provocação ao problematizar a palavra “desenvolvimento”. Para ele, essa palavra sugere falta ou diminuição de envolvimento e contato. Deixar de se envolver não faz sentido, por exemplo, para as comunidades quilombolas.

Na tentativa de explicar a subjetividade brasileira em sua construção racial, Cuti⁷ (2017), no livro “O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise”, traz um capítulo intitulado “Quem tem medo da palavra negro”, no qual aborda relevante reflexão acerca das relações raciais no Brasil. Afirma que sendo a palavra escrita utilizada para ofender, no momento em que o ofendido assume, dizendo “ser negro”, ele dá a ela outro significado, positivando o que antes era negativo.

Para Cuti, a palavra perde o poder de ofender, e o ofensor perde um instrumento importante na prática da discriminação, na manutenção psíquica do preconceito e do racismo. Sendo assim, a palavra “negro” não o deixa em paz, trazendo em sua semântica a histórica opressão escravista e colonialista, e desafia a convicção em que se baseia a doença psíquica do racismo. Portanto, chega-se ao próximo aspecto básico do racismo, que é a invisibilidade de si mesmo, ou seja, implica seu mascaramento; o racismo se mantém intocável, funcionando como um fantasma nesta sociedade (CUTI, 2017).

Um dos maiores intelectuais do século XX, Du Bois (2021), no livro “A alma do povo negro”, que se tornou um clássico da literatura estadunidense, aponta o racismo como o véu que cobre; talvez possamos aqui pensar no velado.

Para Cuti (2017), o imaginário racista da população brasileira vem sendo alimentado há séculos por uma “arte”, que, no tocante às relações inter-raciais, é alienada. Ela é responsável por não enfrentar o fantasma do racismo, que de fantasmagórico só possui a técnica do disfarce, fazendo-se muito presente e evidente no cotidiano social. *Apartheids* sociais e territoriais são presentificados nas cidades brasileiras, nas profissões e nos cargos de maior remuneração, por exemplo, de maneira extraoficial. Nenhum estranhamento costuma ser apontado, como se estivéssemos em uma terra de pessoas cuja diferença fenotípica nada representasse. Cuti (2017) ressalta que a técnica do silêncio é um elemento fundamental na formação da ideologia racista brasileira, a qual é composta pelo branqueamento e a autonegação.

Lélia González (2020) chama de denegação, ou seja, o que foi anteriormente expresso de maneira consciente. Negar a realidade é uma forma de proteção contra algo que pode gerar dor ou sofrimento e por isso, precisa ser reprimido (FREUD, 1925, 1996). Esses são alguns aspectos das feridas raciais no Brasil. Enquanto denegação da ladino-amefricanidade, tais feridas fazem com que o

⁶ Orgânico: o conceito de intelectuais orgânicos foi criado pelo filósofo marxista italiano Antonio Gramsci para designar aqueles que atuam para criar, junto à sociedade, a consciência correspondente aos interesses das classes que representam (Martins, 2011).

⁷ Luiz Silva, conhecido pelo pseudônimo “Cuti”, é um intelectual, escritor, poeta e dramaturgo brasileiro. Graduado em Letras pela Universidade de São Paulo em 1980, obteve os títulos de mestre em Teoria da Literatura e doutor em Literatura Brasileira pela Unicamp.

racismo se volte justamente contra aqueles que, do ponto de vista racializado, são suas testemunhas vivas. Nesse cenário, há uma tentativa de tirá-los de cena e de apagá-los do mapa.

Portanto, ao chegar na formação em Análise Bioenergética, uma abordagem que tem como partida o corpo, identifiquei as ausências relacionadas às discussões acerca das diversidades dos corpos, além da presença de leituras que tendiam à universalização das afirmações feitas a partir de referenciais teóricos que negavam os meus conteúdos psíquicos e atravessamentos cotidianos.

Veja a contradição que se apresentava de maneira gritante, visto que se trata de uma clínica que descende da psicanálise, mas que a amplia. Justificava-se que, além de se escutar, era fundamental olhar para o corpo que chegava, pois é no corpo que aparece a história do indivíduo e as marcas de suas experiências e defesas. Então, como a questão racial poderia ser ignorada e não vista?

Importante destacar que Marilza Martins, em 2001, ou seja, há 22 anos, no I Encontro Latino-Americano de Análise Bioenergética, realizado em Campos de Jordão, São Paulo, já fazia esse questionamento. A pensadora apontava a questão racial como um aspecto que deveria ser fundante para a Análise Bioenergética no Brasil, e acrescento, nas Américas.

Tal postura evidencia o pacto narcísico da branquitude, conceituação criada por Cida Bento (2022), que nomeia os acordos tácitos feitos entre brancos como pactos não verbalizados e/ou não formalizados. A função desses acordos é fazer com que alguns possam se manter em situação de privilégio, higienizados da usurpação que os constituiu. Assim, esse processo se estrutura nas relações de dominação, que podem ser de classe, gênero, raça e etnia, orientação sexual, entre outras.

Importante ressaltar que nem todos os privilegiados se reconhecem como parte de um grupo que traz em sua história a expropriação de outros grupos (BENTO, 2022). Por esse motivo, Cida Bento (2022) didaticamente nos explica que os pactos narcísicos exigem a cumplicidade silenciosa do conjunto de membros do grupo racial dominante. De igual modo, requerem também que os atos anti-humanitários que seus antepassados praticaram sejam apagados e esquecidos, bem como necessita que as instituições constituidoras, regulamentadoras e transmissoras desses pactos, que em sua essência são coletivos, mantenham-se (BENTO, 2022).

Portanto, evidencia-se aqui a pergunta: em quais pactos, paralisações identificatórias ou movimentos a Análise Bioenergética se mantém encouraçada para ainda ignorar a temática e as intersecções evidenciadas na realidade brasileira que lhe tira a potência do movimento? Se saúde, para a Análise Bioenergética, é movimento, energias adoecidas parecem se perpetuar em nossas instituições.

Contextualização histórica e política da Análise Bioenergética

A Análise Bioenergética surgiu nos Estados Unidos pelo encontro de Alexandre Lowen e John Pierrakos, após terem estudado e sido analisados de Wilhelm Reich. Encantados pela técnica da

Análise do Caráter desenvolvida por Reich, Lowen, após separação de Pierrakos, desenvolveu a prática e a teoria da Análise Bioenergética na sequência do término do curso de Medicina realizado na Suíça (WEIGAND, 2005).

Quando voltou aos Estados Unidos, Lowen detecta o clima político com evidente tensão e controle sobre Reich, o qual se encontrava envolvido nas pesquisas da energia Orgone nos Estados Unidos. Nesse cenário, faz a escolha consciente de se distanciar de Reich, visando viabilizar espaços para continuação de suas pesquisas a partir da técnica da Análise do Caráter. Além disso, Lowen não compartilhava a crença nos estudos de Reich sobre a energia Orgone e temia que isso pudesse prejudicar sua ainda incipiente carreira (WEIGAND, 2005). “Reich considerava essa cultura patriarcal, autoritária e dominada pelos valores burgueses [...] Era um revolucionário, mas seus esforços só o levaram a revolução sexual, feito que o tornou mais conhecido” (LOWEN, 2007, p. 56). O autor parece dar pouca importância para aspectos da estrutura social, diferentemente de Reich.

Lowen era fruto de uma sociedade historicamente alicerçada na cultura do corpo ligada ao *bodybuilding*, termo em inglês que significa fisiculturismo ou culturismo, tratando-se do uso progressivo de exercícios de treinamento com a intencionalidade de controlar e desenvolver a musculatura de uma pessoa para fins estéticos.

Antes de conhecer Reich e se interessar por suas pesquisas, Lowen era um praticante de calistenia, isto é, da prática de exercícios corporais realizados com o peso do próprio corpo.

O *bodybuilding* constituiu uma das manifestações mais espetaculares de uma cultura da aparência do corpo sustentada por uma indústria capitalista e um conjunto de práticas de massa. Nesse momento, o músculo se tornou um modo de vida, ideia que, a partir do início do século XIX, foi progressivamente inscrita no pensamento do puritanismo americano sobre o corpo. Naquela sociedade, durante os anos de 1850, as ginásticas e as atividades físicas organizadas se tornaram um elemento do sistema escolar e da vida nos Estados Unidos. Visava-se, a partir delas, ao enriquecimento material e também ao acesso rápido à satisfação dos desejos individuais, sendo esses os critérios de êxito (COURTINE, 1995).

Vale destacar que, nesse período, ainda existia a escravização negra nas Américas e, em especial, nos Estados Unidos, que aboliu a escravatura apenas em 1863⁸. Por tal motivo, Courtine (1995) faz um recorte de raça e gênero ao dizer que desse espetáculo as mulheres estavam excluídas, assim como qualquer outra cor de pele que não fosse a branca.

Constrangido durante muito tempo, estritamente controlado, o corpo se torna fonte de prazer e, ainda, um meio de contato e de relação com os outros. Começa-se, então, a distinguir as formas de uma *body language*, ou seja, linguagem corporal (COURTINE, 1995).

⁸ 1863: ano da abolição nos Estados Unidos da América (EUA). Os EUA aboliram a escravidão 25 anos antes do Brasil.

Há, portanto, um sentimento de isolamento crescente experimentado pelos indivíduos num ambiente urbano cada vez mais inquietante, o que explica a busca pelo súbito frenesi muscular, capaz de preencher sua existência. Dessa forma, os adeptos do fisiculturismo revelam seu temor em relação à metrópole ao expressarem o desejo de adquirir invulnerabilidade, de colocar o mundo à distância, intercalando a carapaça espessa dos músculos entre a fraqueza do eu e a violência das ruas de Nova York. Na verdade, tanta hipertrofia corporal não poderia se desenvolver sem o sentimento de uma atrofia, de uma fragilidade psicológica logo negada pela escalada muscular. Os *bodybuilders* são os condenados da aparência, submetidos à tirania do detalhe anatômico (COURTINE, 1995).

Essa contextualização histórica nos ajuda a compreender o desenvolvimento e as questões da Análise Bioenergética ao trazer, ancorada nos conceitos reichianos, propostas de trabalhos corporais que flexibilizassem estes enrijecimentos corporais da sociedade estadunidense.

A invisibilidade de corpos negros

Nesse mesmo período, na metade do século XX, a sociedade estadunidense passa por grandes transformações, pois é o momento em que ocorre parte do movimento da conquista dos Direitos Civis pela população negra. Após a abolição da escravatura e a Guerra de Sucessão, os Estados Unidos enrijecem as leis pela segregação racial, impedindo indivíduos negros de ocuparem estabelecimentos de toda ordem junto ou de iguais condições com pessoas brancas. As relações afetivas entre pessoas brancas e negras eram proibidas. Estabeleceu-se um controle de corpos negros por meio de leis, aprisionamentos e afetos (SAMYN, 2023).

Para Cornel West (2021), intelectual estadunidense, “[os] negros nos Estados Unidos diferem de todos os outros grupos de pessoas atualmente graças aos níveis sem precedentes de violência descontrolada e irrestrita dirigida a eles”. Nenhum outro povo foi sistematicamente ensinado a odiar a si mesmo, seja por meio da violência psicológica, reforçada pelos poderes do Estado e da coerção civil, seja pela violência física, que objetiva controlar a mente e explorar o trabalho dos negros há quase quatrocentos anos.

Aimé Césaire (2017), intelectual martinicano, ideólogo do conceito de negritude, aponta que a civilização que opta por não enxergar seus problemas mais cruciais é uma civilização ferida e uma sociedade que engana seus próprios princípios, é uma civilização moribunda.

Observarmos que, se por um lado a Análise Bioenergética foi criada entre 1950 e 1960 nos Estados Unidos da América como uma abordagem terapêutica, por outro lado, um movimento de maior relevância surgia e mobilizava o país naquele momento em que se estabelecia a luta pelos Direitos Civis.

Figuras como Martin Luther King, Malcom X, o Partido dos Panteras Negras, Angela Davis, entre outros, ficaram mundialmente conhecidos pela luta dos direitos das mulheres e contra a

discriminação que movimentava o país, questionando a segregação racial. Angela Davis, que era simpatizante dos Panteras Negras, em decorrência de inúmeras injustiças e afirmando uma estética negra positiva, integrou neste período a lista das pessoas mais procuradas pelo Departamento Federal de Investigação estadunidense (FBI), e se tornou símbolo da luta por libertação racial⁹.

Outro nome que marcou a história mundial foi Rosa Parks, uma mulher negra, que ao se recusar a se levantar de um banco no ônibus após um dia inteiro de trabalho como empregada doméstica para dar lugar para um homem branco se sentar, foi presa. Esse acontecimento incendiou o país e mexeu com o mundo. Na literatura, obras como “O homem invisível”, de Herbert George Wells, “O filho nativo” de Richard Wright, “Eu não sou seu negro”, de James Baldwin, entre outros, denunciavam invisibilidades, objetificações e violências para com indivíduos negros. Com esse panorama, a pergunta que emerge é a seguinte: como a análise bioenergética não enxergou que indivíduos negros eram assassinados por conta da cor de suas peles?

Os negros lutavam pelo direito de existir literal e simbolicamente. O corpo negro parecia estar tentando encontrar o seu espaço também na música, dando origem ao movimento da *black music*. Isso se evidenciou através do jazz, do rock e do soul, nos quais se destacava o orgulho negro ao promoverem uma imagem fortemente positiva das pessoas negras. Esses ritmos experimentaram a música como uma expressão da qualidade subjetiva chamada autenticidade emocional, que é definida como *soul*, ou seja, a alma (ALVES, 2011), mais especificamente, a alma da gente negra.

A invisibilidade persiste: a chegada da Análise Bioenergética no Brasil

Importante destacar também as reverberações e conexões que um movimento exerce no outro, ou seja, as ondas que vão sendo criadas. Delas, surgem novas ondas que alimentam as próximas.

A Análise Bioenergética (AB) foi criada na base do movimento da contracultura e do potencial humano em Esalen, nos Estados Unidos. No Brasil, ela se instala também influenciada pelo movimento reichiano, cuja inserção ocorreu nas décadas de 60 e 70, no bojo de uma revolução de costumes, em contestação ao autoritarismo da época e às maneiras conservadoras de ser. Assim, a AB chega ao Brasil na década de 1980, quando grupos de formação de terapeutas foram organizados por Myrian Campos¹⁰ e Liane Zink (WEIGAND, 2005). Myrian de Campos, Eliana Isola, Conceição Valadares e Eulina Ribeiro fundaram a SOBAB, que se tornou a primeira instituição brasileira a formar analistas bioenergéticos certificados internacionalmente. Com um acesso restrito, apenas

⁹ O filme “Libertem Angela Davis” é um documentário que retrata a vida de Angela Davis, uma professora de filosofia nascida no Alabama e conhecida por seu profundo engajamento na defesa dos direitos humanos. Quando Angela defende três prisioneiros negros nos anos 1970, ela é acusada de organizar uma tentativa de fuga e sequestro, que levou à morte de um juiz e quatro detentos. Nessa época, Angela Davis se tornou a mulher mais procurada dos Estados Unidos.

¹⁰ Myrian Campos trouxe a Bioenergética para o Brasil. Odila Weigand logo juntou forças e a acompanhou.

determinadas classes sociais alcançavam o contato com a nova teoria que chegava ao Brasil, retrato que se repetia com a própria psicologia brasileira, que por muito tempo se manteve elitista.

Importante dizer que, mesmo na atualidade, ainda não se trata de uma prática voltada para todas as pessoas. Nas últimas décadas, a psicologia tem se inserido nas políticas públicas, abrangendo setores como saúde, assistência social, educação, entre outras áreas. No entanto, sua presença ainda se concentra de maneira muito restrita a determinadas regiões do país, apresentando grande oferta nos grandes centros e escassez nas periferias.

Regina Favre (1991), em seu artigo “Terapias reichianas – vinte e cinco anos depois”, contextualiza as psicoterapias e faz alguns apontamentos críticos ao dizer que, em 1977, começa-se um curso sobre a teoria reichiana na PUC de São Paulo, resgatando, segundo ela, o Reich político. Desse grupo derivaram-se outros que se lançaram na tarefa da terapia social reichiana com “meninos de rua” e “presidiários”. Aqui vemos um interesse pelo aspecto social, mas sem recorte explícito racial.

Cecília Coimbra (1995), em sua pesquisa, critica a postura dos neorreichianos brasileiros, por relegarem ao segundo plano e, por vezes, ignorarem as contribuições trazidas ao debate freudo-marxista, resultando na despolitização do corpo e na priorização de aspectos mais adaptativos da obra reichiana em prol da produção de subjetividades capitalistas. Isso implica um apagamento do aspecto político, característica que é tão destacada na teoria reichiana. Esse aspecto aparece de maneira explícita no texto que aqui destaco:

O psicoterapeuta somático (e não mais o terapeuta corporal) no final dos anos 80 tem um perfil de especialista. Com a década de 70 morre o ideal alternativo. Com os anos 80, com a recessão mundial que se anunciou, com a cultura de abundância que se instala nos centros produtores de teoria e técnica (Europa e EUA), as terapias a serviço de uma transformação social via transformação do indivíduo ganham um caráter de tratamento do indivíduo para a sua melhora pessoal, seu desenvolvimento pessoal, para o aprofundamento no seu mundo, no seu organismo, na sua história. Com a transformação do capitalismo envelheceu a visão reichiana da relação indivíduo - sociedade (FAVRE, 1991, p 23).

Hoje, no entanto, evidencia-se que o Reich se apresenta mais atual do que nunca, e as psicoterapias corporais na elitização de suas escolhas, separou o indivíduo da sociedade.

Portanto, este artigo evidencia um processo que não é apenas individual, mas fundamentalmente coletivo. Identifico que essa travessia da minha formação foi extremamente frutífera para mim, mas também para colegas e para as instituições formadoras, que tiveram e têm que lidar com suas próprias limitações, seus racismos e sua tendência em reproduzir teorias eurocêntricas e estadunidenses, negligenciando a composição com teorias indígenas, negras e cosmovisões ampliadas da população brasileira.

Recorda-se que, no ano de 2020, impactados pelo assassinato de George Floyd, frestas parecem ter sido abertas e importantes movimentos de sensibilização ocorreram nas sociedades de

Análise Bioenergética pelo Brasil. Foram realizados eventos para os professores dos cursos de formação de Análise Bioenergética, organizados por Benedito Manoel Sabará, do Instituto Lumen, Maria Cristina Francisco, do Instituto de Análise Bioenergética de São Paulo (IABSP), Marilza Martins, da SOBAB e Scheila Gomes, do Instituto Libertas, com o apoio das diretorias das referidas sociedades. Esses eventos demonstraram ter surtido efeitos, provocando uma resposta diante da perplexidade sobre a pauta racial que, até então, era completamente ignorada.

Marilza Martins afirma que, durante tais eventos, foram compartilhados relatos de muito impacto da plateia, predominantemente branca. Foi um momento em que outras histórias, memórias, dores e marcas puderam ser contadas. Lembremos Chimamanda Adichie, quando aponta o problema da “Histórica Única”, palestra da autora nigeriana que foi transformada em livro e traz a reflexão sobre o perigo de ter uma única história contada, provocando assim o aprisionamento de corpos e mentes.

Entender que o racismo e seus efeitos psíquicos são um problema da sociedade brasileira, que afeta brancos e negros, torna-se urgente para a psicologia, para a psicanálise, mas sobretudo para a Análise Bioenergética, que tanto pode contribuir para o resgate da saúde dos brasileiros. Todavia, para isso, ela precisa enxergar a sua materialidade corpórea, histórica e política em um movimento de resgate das propostas feitas pelo próprio Reich.

Viviane Anibal Muller (2023) no recém-lançado artigo “Bioenergética e Africanidades”, aponta que: “Reconhecer a riqueza dos saberes de cultura outras, admitir a miséria de uma ancestralidade europeia violentíssima e usurpadora para integrar e poder edificar uma formação e uma clínica de cuidado integral, que possa acolher e amparar todas as cores de pele – podemos construir essa Clínica?” (Muller, 2023, p. 157).

Em 2018, a Bioenergética foi inserida no rol das práticas integrativas e complementares de saúde (PICS) do Sistema Único de Saúde, contemplando um trabalho que já ocorria no país a partir dos diversos institutos de formação em Análise bioenergética (BRASIL, 2018). Isso nos faz perceber maior inserção dessa abordagem no país, em uma das suas veias de cuidado, que é a política de saúde.

Ousaria dizer que as psicoterapias corporais no geral e a análise bioenergética em específico clamam por diversidade e comprometimento político não apenas como oxigenação de sua teoria, mas também e sobretudo para validação de sua potencialidade teórica e política, aproximando-se de maneira efetiva da realidade no Brasil.

Referências

ALVES, A. Do blues ao movimento pelos direitos civis: o surgimento da “black music” nos Estados Unidos. *Revista de História*, vol. 3, n. 1, 2011, p. 50-70. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rhufba/article/view/27903/16571>. Acesso em: 21 fev. 2024.

BENTO, C. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BISPO, N. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica *Conhecendo as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: Bioenergética*. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/fasciculo_bioenergetica.pdf. Acesso em: 21 fev. 2024.

CARNEIRO, S. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundante do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CÉSAIRE, A. *Discurso sobre o colonialismo*. Santa Catarina: Editora Letras Contemporâneas, 2017.

COIMBRA, C. *Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psis no Brasil do “Milagre”*. Rio de Janeiro: Editora Oficina do Autor, 1995.

COURTINE, J.-J. *Políticas do corpo: elementos para a história das práticas corporais*. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 1995.

CUTI. Quem tem medo da palavra negro? In: KON, N. M.; ABUD, C. C.; SILVA, M. L. (Org.) *O racismo e o negro no Brasil: questão para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

DU BOIS; W. E. B. *A alma do povo negro*. São Paulo: Veneta, 2021.

FAVRE, R. *Terapias Reichianas: 25 anos depois*. Cadernos reichianos. São Paulo: Sedes Sapientiae, 1991.

FEDERICO, R. *Psicologia, raça e racismo: uma reflexão sobre a produção intelectual Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2021.

FRANCISCO, M. C. *Olhos negros atravessaram o mar: o corpo negro em cena na análise corporal: Bioenergética e Biossíntese*. São Paulo: Hakabooks, 2020.

FREUD, Sigmund (1925). A negativa. In: FREUD, Sigmund. *O ego e o Id e outros trabalhos (1923-1925)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996

GONZÁLEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Pesquisa nacional de saúde: percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal: Brasil e grandes regiões*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html>. Acesso em: 12 nov. 2023

LOWEN, A. *Uma vida para um corpo: uma autobiografia de Alexander Lowen*. São Paulo. Editora Summus, 2007.

MARTINS, Marcus. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. *Revista Pro-Posições*, Campinas, v. 22, n. 3, set./dez. 2011. p. 131-148. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pp/a/FKsBMn3N4njmwQvYW6C3Z5k/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 12 nov. 2023.

MBEMBE, A. *Necropolítica*: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MULLER, V. Africanidade Bioenergética. *Revista Latino Americana de Psicologia Corporal*, v. 10, n. 16, nov. 2023, p. 148-158. Disponível em: <http://psicorporal.emnuvens.com.br/rbpc>. Acesso em: 19 fev. 2024.

NOGUEIRA, I. B. *A cor do inconsciente*: significações do corpo negro. São Paulo: Perspectiva, 2021.

_____. Cor e Inconsciente. In: KON, N. M.; ABUD, C. C.; SILVA, M. L (Org.). *O racismo e o negro no Brasil*: questão para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017.

REICH, W. *A função do orgasmo*: problemas econômico-sexuais da energia biológica. São Paulo: Brasiliense, 2012.

ROLNIK, Suely. Pensamento, corpo e devir: uma perspectiva, ético, estético, político no trabalho acadêmico. *Cadernos de subjetividade*, São Paulo, v. 1, n. 2, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cadernossubjetividade/article/view/38134>.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*: do pensamento à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2022.

SAMYN, H. M. *Os panteras negras*: uma introdução. São Paulo: Jandaíra, 2023.

SCARPATO, A. Transferência somática: a dinâmica formativa do vínculo terapêutico. *Revista Hermes do Instituto Sedes Sapientiae*, São Paulo, n. 6, 2001.

STEPAN, N. L. *A hora da eugenia*: raça, gênero e nação na América latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

WEIGAND, O. *Grounding in Bioenergetic Analysis*: an update. 2005. 155 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

WEST, C. *Questão de raça*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2021.



Recebido: 04.05.2024; Aceito: 15.05.2024; Publicado: 30.05.2024.